



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

REACÇÕES E OPOSIÇÕES À RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA: (OU A CONSCIÊNCIA DA INEFICÁCIA NA PROTECÇÃO DO AMBIENTE EM PORTUGAL)

Paula Maria Ricacho dos Reis

Introdução

A problemática ambiental constitui hoje um dos temas de análise a que a Sociologia mais tem procurado dar respostas. As questões que se colocam relacionadas com a degradação do ambiente, com a necessidade de protecção dos meios naturais, tem levado os poderes públicos a uma atenção redobrada, motivada, entre outros factores, também pela pressão social dos últimos tempos. Têm despoletado inúmeros grupos espontâneos de defesa da Natureza, e os Estados procuram, em maior ou em menor grau, implementar políticas de conservação dos valores naturais.

Uma das acções conservacionistas adoptadas em Portugal, bem como em outros países, foi a delimitação de áreas ecológicas protegidas por lei, entre as quais se destacam as Reservas Naturais. Pretendo aqui apresentar alguns resultados de uma investigação, que teve como campo empírico uma das zonas ecológicas protegidas existentes no nosso país — a Reserva Natural do Paul de Arzila. Procurou-se estudar os efeitos da criação desta Reserva no quadro social da povoação de Arzila (Coimbra), e no quadro ecológico específico desta zona do Baixo Mondego.

O Homem e a Natureza

Nas últimas décadas deste século XX, algumas questões têm vindo a dominar progressivamente o debate social. Essas questões têm em comum uma preocupação crescente com o estado do ambiente. Algumas manifestações, quer de ordem global, planetária, quer mais localizadas, têm servido para a mobilização social geral em torno da denominada “crise ambiental”. Esta crise comporta uma variedade grande de mudanças verificadas ao nível ambiental tais como a poluição, a delapidação dos recursos naturais, o declínio da qualidade de vida, a extinção de espécies animais e vegetais. O facto é que, a par da progressão em extensão e em gravidade destes problemas, nos últimos tempos, surgiu a consciência social da necessidade da sua contenção ou eliminação, visto alguns deles se terem elevado à categoria de fenómenos capazes de pôr em risco a espécie humana. Vários autores têm encontrado as raízes da actual crise ecológica num conjunto de valores que enformam a moderna sociedade industrial, com o seu empenhamento na procura do crescimento económico e no domínio da natureza (Cotgrove, 1982: 26).

Para Deleage (*et al.*, 1989) a origem da grande “ruptura ecológica” pode ser encontrada no advento e expansão do capitalismo industrial, no século XVI, que operou uma verdadeira revolução na representação colectiva da natureza. A ideia de solidariedade Homem/Universo Físico foi então substituída, pela ideia de dominação da Natureza pelo Homem. Desde o século XVI que a visão prometeica de submissão da Natureza aos seres humanos se tornou hegemónica na cultura ocidental. Entre 1500 e 1800, o preceito do Génesis (I, 28) “povoi e dominai a terra” tornou-se, sob a influência da Reforma e da Contra-Reforma, como sob a influência do cientismo dos séculos XVIII e XIX, um dos axiomas fundamentais desta cultura, e com ele, instalou-se o antropocentrismo absoluto. O Homem, tal como o proclama no século XVI Francis Bacon, é considerado o “centro do mundo”, que dispõe no futuro de uma autoridade absoluta sobre a ecosfera. Autoridade essa que foi sendo cimentada pelos desenvolvimentos da ciência e da técnica. Contudo, segundo Boaventura de Sousa Santos (1991: 4), a ciência foi ineficaz ao pretender resolver os problemas e ao tentar minimizar as dificuldades que a interacção homem/meio ambiente ia sugerindo, e a crise ambiental de hoje, comprova esse fracasso: “a ciência não se limitou a ser ineficaz e parece, pelo contrário, ter contribuído, como se de uma perversão matricial se tratasse, para o agravamento das condições

que procurou aliviar(...) A promessa da dominação da natureza para a pôr ao serviço do homem redundou numa exploração excessiva dos recursos naturais e no conseqüente perigo, cada vez mais iminente, de uma catástrofe ecológica de proporções tais que o que começa a estar em jogo é a própria continuação da humanidade tal como a conhecemos”.

A relação do homem com a natureza, nos moldes de submissão da segunda ao primeiro, está inscrita na matriz do paradigma dominante, que Sousa Santos designa de paradigma do progresso, e que até agora preponderou nas sociedades ditas industrializadas.

A actual crise ecológica e a contestação ao modelo de relação entre o homem e a natureza, instituído pelo paradigma da cultura ocidental, prenunciam um novo paradigma complexo, onde a autonomia do ser humano, concebido como ser auto-eco-organizador, é inseparável da sua dependência para com o ecossistema geral, na concepção de Edgar Morin (1990: 91). Para Catton e Dunlap (*in* Buttell, 1986: 368), o novo paradigma emergente foi apelidado de “novo paradigma ambiental” e toma como axioma a “dependência ecológica” das sociedades humanas face aos seus ecossistemas. As noções dominantes são agora as de interacção, de retroacção, de *feedback*, e têm levado a que o crescimento, noção básica da sociedade industrial, deixe de ser visto apenas em termos positivos, mas que também sejam tidas em linha de conta as suas conseqüências potencialmente destrutivas ou negativas, em particular para o meio ambiente.

Agricultura e Ambiente

Tal como afirma Deleage (*et al.*, 1989), nenhuma civilização humana foi até hoje ecologicamente inocente. E uma das actividades que mais contribuiu para alterar os ecossistemas originais foi a agricultura. De facto, um pouco por todo o mundo, os ecossistemas naturais desorganizados foram sendo progressivamente substituídos por agro-sistemas — incorporando logicamente espécies naturais — que se tornaram as bases de todos os complexos ecológicos actuais. A análise da actividade agrícola, que acompanha o homem há milénios, deve incorporar a ideia fundamental de reciprocidade, fruto da interpenetração entre o homem e o seu meio ambiente. A realidade que daqui veio a resultar é múltipla e pode designar-se de espaço rural. G. Bertrand (1975) fala numa combinação dialéctica entre elementos naturais que interagem com a realidade da actuação humana para formarem o espaço rural. Os primeiros não são entendidos como um dado prévio, são uma realidade por vezes dominante, por vezes dominada, combatida e utilizada do interior de uma organização social e económica específica. Neste sentido, fala de um “determinismo ecológico relativizado”, uma vez que os meios naturais dominam quando os determinismos económicos e sociais bloqueiam a exploração de um meio.

A actividade agrícola como actividade transformadora dos meios rurais é a expressão da evolução verificada na sociedade humana, a nível técnico, cultural económico e político. As formas camponesas tradicionais de exploração do solo dominaram longamente a actividade agrícola. A empresa agrícola camponesa anda geralmente associada a uma unidade de produção e a uma economia doméstica, um baixo nível de capitalização e portanto de equipamento, que, potencia, segundo Henrique de Barros (1975), a prática de sistemas de produção conservacionistas dos meios naturais. Do prolongamento deste sistema de economia agrícola viria a perdurar a imagem dos espaços rurais como locais à margem dos problemas ambientais, autênticos santuários da natureza. O camponês esteve durante muito tempo associado à ideia de tradição e não à de modernidade. A partir da Segunda Guerra Mundial, a modernização do sector agrícola e a adopção de forma sistemática, por parte deste, dos avanços da técnica e da ciência, iniciam o questionamento do designado “mito agrário”. Na década de 60, Rachel Carson e o seu livro “*Silent Spring*”, que revela os efeitos dos modernos pesticidas nos ecossistemas, vem alertar para o lado negativo da agricultura moderna de cariz capitalista: longe de proporcionar apenas vantagens em termos de produtividade, de alimentos mais baratos e mais acessíveis, apresenta também um lado menos positivo em termos de balanço ecológico. Os sistemas de exploração intensiva dos solos revelaram-se redutores da sua fertilidade; o uso excessivo de pesticidas e fertilizantes conduziu a problemas de poluição do ar, das águas e dos solos, à destruição dos *habitats* selvagens e à redução da biodiversidade; as modernas práticas agrícolas levaram à standardização das paisagens rurais, a utilização repetida de maquinaria agrícola pesada deu origem à “compactação” dos solos. A consciência das ameaças ambientais que pairavam sobre os espaços rurais não vai surgir maioritariamente no seio dos agricultores e dos agentes sociais que mais influência aí exerciam. As contestações são maioritariamente subscritas por actores sociais exteriores ao campo. Lowe (1988) salienta o papel dos estudantes e da comunidade científica, e de um modo geral de grupos sociais com níveis educacionais mais elevados. Surge, frequentemente um conflito de perspectivas, entre os “conservacionistas” e os agricultores que se mostram, em geral, avessos à conservação. Para estes a terra é um factor de produção que deve ser rentabilizado. Nos últimos tempos, as pressões sociais sobre os poderes públicos têm levado a que os

Estados desenvolvam um papel mais interventor ao nível da protecção ambiental. No entanto, o alcance das políticas ambientais, em especial as que se dirigem aos espaços rurais e às actividades agrícolas têm tido um sucesso limitado. A questão da propriedade privada é um dos principais obstáculos, refere Newby (1979). O carácter específico da própria agricultura, onde as fontes poluidoras são difusas e portanto difíceis de eliminar e combater é outra das dificuldades que se colocam.

Apesar dos Estados considerarem cada vez mais a componente ambiental, tem persistido uma inércia na conduta dos principais agentes políticos e económicos relativamente ao ambiente. Esta opinião é partilhada por MacEwen (1982), para quem o actual sistema que domina em relação à protecção do espaço é essencialmente cosmético, uma vez que não se tem para com o ambiente uma perspectiva de acção integrada, não se diagnosticam e eliminam as causas da deterioração ambiental. A plena conservação do ambiente e das características naturais, só poderá fazer-se se englobar uma gestão correcta do espaço e uma alteração revolucionária das maneiras de pensar estabelecidas e dos interesses enraizados na sociedade contemporânea. As questões são ideológicas, económicas e políticas, e só serão resolvidas quando a classe política estiver suficientemente informada e sujeita a pressão social suficiente, de forma a fazer da conservação do ambiente um discurso político e economicamente atractivo.

A Propósito da Constituição da Reserva Natural do Paul de Arzila

O Paul de Arzila situa-se numa das digitações da planície aluvial do Mondego, na sua margem esquerda.^[1] A povoação que lhe dá o nome, Arzila, pertence administrativamente ao concelho de Coimbra (dista 13 Km a oeste desta cidade) e encontra-se localizada num dos montes que ladeiam o Paul, na margem direita. A freguesia de Arzila abrange uma área geográfica pouco vasta — 2 Km² — e

a particularidade da sua paisagem agrária reside na existência do Paul.^[2]

O Paul de Arzila marcou, ao longo do tempo, pelas suas características de zona húmida, a evolução dos ritmos sociais da povoação que lhe está adjacente. No século passado, a população daquela localidade, segundo Irene Vaquinhas (1987), vivia em grande parte na dependência directa do Paul e das suas condicionantes bioecológicas. Apesar de ficar situada num vale junto ao rio Mondego, numa zona de terras férteis do Baixo Mondego, a povoação de Arzila viu-se sujeita aos caprichos da geografia que, pela existência do Paul, lhe impôs um rol bastante reduzido de terras agricultáveis. Mesmo depois de terem sido efectuadas ao longo dos tempos, no Paul, obras de drenagem com o intuito de expandir a superfície agrícola, esta nunca aumentou substancialmente. Este facto contribuiu decisivamente para que viesse a estabelecer-se uma teia de interdependências entre os homens e os factores naturais, em Arzila. A economia agrícola camponesa complementava-se nos recursos naturais do Paul. A caça, a pesca e o bunho (espécie vegetal de crescimento espontâneo na zona húmida, utilizada na feitura de esteiras), contribuíram de forma significativa para

a sobrevivência daqueles mais desprovidos de recursos.^[3] Os traços gerais desta complementaridade foram sendo mantidos mais ou menos constantes pelo menos até meados deste século.

Por volta da década de 60 começam a registar-se na região do Baixo Mondego uma série de alterações, comuns ao resto do país, que se vão acentuar nas décadas seguintes. As actividades agrícolas, então ainda preponderantes, começam progressivamente a perder peso para as actividades industriais e do sector terciário. O desenvolvimento dos dois pólos urbanos mais importantes da região — Coimbra e a Figueira da Foz — (com a melhoria das acessibilidades), constituiu um factor de atracção para as populações rurais vizinhas. A par destas mudanças assiste-se à modernização do sector agrícola. A cultura do arroz conhece nesta zona uma expansão significativa no final desta década. As mudanças então ocorridas vão no sentido de uma maior intensificação em capital, através da mecanização de grande parte das tarefas do seu cultivo e do emprego de produtos químicos. O Estado, através do lançamento de políticas de apoio à modernização desta cultura, acelerou as transformações em curso.

As reestruturações sociodemográficas por que passa a região afectam de igual modo a comunidade rural de Arzila, que chega há década de 90 com uma população activa, maioritariamente empregada nos sectores terciário (60,4%) e secundário (36,6%), ocupando hoje as actividades agrícolas uma franja bastante reduzida dos residentes (2,9%).

Mas recuando ainda até há década de 70, os seus primeiros anos começam no Baixo Mondego, com a execução de algumas obras fundamentais previstas no Plano Geral de Aproveitamento da Bacia do Mondego, lançado em 1962. Este Plano pretendia, além do mais, intervir ao nível da resolução do problema do regime hidráulico desordenado do rio, causador de graves prejuízos à cultura da vasta área de terrenos agrícolas situados a jusante de Coimbra, os Campos do Mondego. A

sua implementação veio a ter, entre outros, impactos ecológicos significativos, que estiveram na origem das primeiras acções tendentes à preservação do Paul de Arzila.

Uma das acções previstas no Plano Geral de Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego, relativa à área do Paul de Arzila, contemplava a sua drenagem e o conseqüente aproveitamento agrícola. A não concretização desta medida deve-se à acção de alguns investigadores da Universidade de Coimbra, (em particular do Professor Ferrand de Almeida e do Doutor Jorge Paiva) e do Núcleo Português para a Protecção da Vida Selvagem. A ideia de preservação desta zona húmida é sublinhada e procurada logo a partir desta altura, tendo já por base a fundamentação científica da sua riqueza natural única, dada por vários estudos entretanto realizados, quer nacionais, quer internacionais. Paralelamente foram-se degradando as condições ecológicas do paul, pelo aumento da carga poluente que aportava a Arzila, provocada por unidades industriais situadas a montante da localidade, e que ali chegava trazida pela Ribeira de Cernache, principal fonte alimentadora do Paul. Regista-se igualmente a poluição resultante da aplicação de produtos fitofarmacêuticos utilizados na cultura do arroz, predominante nesta área. O aumento da caça furtiva começou também a ameaçar a existência de várias espécies do elenco faunístico do Paul.

O processo para elevar à categoria de zona ecológica protegida o Paul de Arzila foi demorado, e arrastou-se até 1988. O Decreto-Lei nº 219/88, cria finalmente a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), em 27 de Junho. De salientar que a participação da população de Arzila em todo este processo foi marginal, não intervindo directamente na discussão em torno do modelo de área protegida a implementar. As directivas sobre o espaço reservado a constituir e a forma adoptada para a sua prossecução foram deliberadas fora dos limites sociogeográficos de Arzila. A RNPA é, pode dizer-se, um “produto” da comunidade científica, que contou com o suporte político do Partido Comunista Português, subscritor do Projecto de Lei sobre o articulado da Reserva.

A criação da reserva natural em Arzila veio a ter algumas implicações quanto à utilização do Paul por

parte da população. A Reserva estende-se por uma área de cerca de 535 hectares.^[4] É constituída por duas zonas distintas: o “núcleo central” formado pelo paul, propriamente dito, e a “zona de protecção” cuja função é criar uma espécie de barreira às principais ameaças ambientais à zona alagadiça. De toda a área da Reserva o Estado adquiriu apenas cerca de 3,7 por cento, permanecendo os restantes 96,3 por cento propriedade privada.

O regime de reserva implementado veio a condicionar algumas das práticas que a população mantinha na zona húmida: proibiu a caça, a pesca, o corte de espécies botânicas não cultivadas (com excepção do bunho), restringiu a circulação de veículos na área da Reserva (salvo os da própria Reserva ou os das explorações agrícolas que nela se situam), proibiu qualquer acção de enxugo de terrenos ou de superfícies húmidas para quaisquer fins agrícolas, e ficou também condicionado o desvio ou a

captação de água com efeitos prováveis no nível freático do Paul.^[5]

A Reserva, a População, as Reacções

Tendo em conta estas condicionantes, procurou-se conhecer de que forma é que a população reagiu (e reage) perante a criação do espaço ecológico protegido por lei, quando foram alteradas muitas das possibilidades de acção sobre esse espaço (sabendo que este permaneceu, maioritariamente, propriedade privada, e tendo em consideração que o Estado não atribuiu contrapartidas financeiras ou outras aos proprietários com terrenos na Reserva).

A investigação levou-me a identificar três grupos de reacções distintas. Por um lado, a Reserva é aceite por um conjunto de actores sociais, sem que estes coloquem qualquer tipo de reticências à sua constituição e à forma como esta foi efectuada. Por outro lado, para alguns residentes de Arzila, a Reserva é vista como uma medida positiva, na generalidade, contudo discordam pontualmente do que ficou instituído e dos modos de gestão do espaço. Finalmente, a Reserva é contestada abertamente por uma parte da população, quer os seus moldes de funcionamento, quer as restrições impostas sobre o espaço.

Da análise sociológica do grupo de residentes que manifestaram uma posição absolutamente favorável à Reserva e ao seu modelo de gestão, sobressai a idade elevada e a baixa escolaridade. As suas actividades no Paul hoje são diminutas ou mesmo inexistentes, apesar de todos já terem dependido mais ou menos intensivamente, no passado, dos recursos naturais ali criados ou nos terrenos agrícolas envolventes. As actividades que hoje são praticadas por estes na Reserva resumem-se à apanha de bunho, para a manufactura de esteiras, ou à pequena agricultura. Assim, as práticas que actualmente desenvolvem na Reserva correspondem às actividades que estão dispostos, ou têm necessidade de efectuar na zona protegida. Ou seja, a criação da Reserva não veio colidir com a utilização corrente que tinham (e que mantêm) do Paul, há data em que foi criada, 1988. Para este grupo, a Reserva assume-se como um factor de prestígio para a localidade, e além disso, representou uma forma de valorização de um espaço que de outro modo estaria abandonado

pela população ou em vias de o ser num futuro próximo.

Um outro segmento da população de Arzila faz um balanço positivo da criação da Reserva, nesta localidade, contudo, há aspectos que são criticáveis. Em termos de idades, ocupação, nível de escolaridade, este grupo é bastante heterogéneo. Sobressai um nível de instrução (comparativamente com os outros dois grupos que foi possível isolar) relativamente elevado. Em termos de ocupações, a grande maioria exerce uma actividade no sector terciário.

Neste grupo, um dos factores comuns é o facto de, para além de manifestarem uma opinião positiva sobre a criação da zona protegida, expressarem também o seu descontentamento relativamente a aspectos específicos dos seus estatutos ou da sua gestão passada ou presente. O que leva a supor que as expectativas criadas, em torno da criação da Reserva, não terão sido totalmente satisfeitas uma vez esta instituída. O facto de se questionarem apenas alguns aspectos da reserva, e de não se pôr em causa a continuidade e a utilidade do espaço protegido, poderá ser a expressão de um tipo de “consciência ecológica”, com a qual estarão certamente relacionados os níveis de escolaridade. De salientar que também neste grupo se reconhece uma relação passada de utilização do espaço ecológico do Paul. São pontos críticos apontados, a falta de limpeza da zona pantanosa, por parte dos responsáveis da Reserva, o que levou nos últimos anos ao crescimento anómalo de uma espécie florística (o caniço). A descida dos níveis freáticos no Paul, derivada da não construção de um dique, prometido pelo Instituto de Conservação da Natureza. Critica-se também a passividade dos órgãos da reserva (apesar de legalmente poderem actuar), na resolução de alguns dos problemas de poluição que a afectam, caso dos efluentes industriais não tratados ou da utilização descontrolada de produtos fitossanitários nas zonas cultivadas circundantes da área protegida. É igualmente motivo de contestação o trabalho dos três funcionários da Reserva, considerado pouco produtivo. Contesta-se, enfim, a liberdade de acção que estes têm no espaço protegido, um espaço que continua a ser maioritariamente propriedade privada. Os guardas da natureza aparecem como intrusos na comunidade, que vêm impor regras de conduta e condicionar a utilização de um espaço que habitualmente partilhavam sem quaisquer restrições. A questão da propriedade privada tem, em Arzila, também um valor simbólico porque lembro o passado de míngua de terrenos agrícolas que sempre condicionou as gentes desta comunidade.

As restrições que impedem a população de ter determinadas práticas no Paul são questionadas por alguns elementos. A restrição em relação à caça é acatada, reconhecendo-se a sua pertinência em termos ecológicos. O mesmo não se passa relativamente à pesca. Pareceu-me esta posição derivar da falta de esclarecimento sobre as implicações ecológicas que resultariam da manutenção da prática da pesca, quando esta actividade era uma ocupação regular de grande parte da população (masculina) de Arzila.

A proibição que impede a circulação de veículos na área da Reserva (salvo os da própria Reserva ou os das explorações agrícolas situadas na sua área) é também alvo de contestações por parte da população. Esta proibição, ao não afectar de igual modo os residentes e os funcionários da Reserva é considerada injusta, e como tal, motivo de incompreensão. Esta forma de tratamento desigual que coloca os residentes de Arzila numa posição de desprivilégio relativamente aos que agora gerem e têm autoridade sobre o Paul, vem lembrar-lhes que a sua posição de protagonistas no delinear dos destinos daquela zona húmida e dos seus principais recursos já terminou. A posição de “subordinação” a que agora estão sujeitos os residentes de Arzila é uma posição desprestigiante tendo em conta o passado da comunidade no Paul. A concessão de determinados benefícios às “autoridades” da Reserva, e o anular de alguns privilégios na utilização do espaço do Paul pela comunidade, potencia o aparecimento de conflitos, senão manifestos, pelo menos latentes.

Finalmente, encontra-se um grupo de actores sociais cuja posição em relação à criação da Reserva é de oposição. É também um grupo heterogéneo em termos de idades e em termos ocupacionais, mas unifica-os o facto de serem todos indivíduos do sexo masculino. Têm um passado no Paul como caçadores, pescadores ou recolectores de bunho. Cessaram entretanto todas as suas práticas passadas no Paul. O que provoca a sua contestação em relação à Reserva é sentirem-se, em geral, prejudicados pessoalmente pelas restrições que vigoram agora sobre o espaço, em particular pela cessação da caça e da pesca. O descontentamento manifestado resulta também do facto da constituição da Reserva ter, de certo modo, subvertido os direitos sobre a propriedade privada. Foi também a propriedade colectiva do “povo” no Paul que foi violada por uma entidade estranha à aldeia. A forma como decorreu o processo, sem a participação activa da população, que levou à constituição, em 1988, da área protegida, é vista como uma autêntica conspiração contra o “povo” soberano do seu espaço ecológico secular.

O agravamento ou a continuação de alguns riscos ambientais no Paul (diminuição da avifauna, poluição agrícola e industrial, falta de limpeza da zona pantanosa e conseqüente proliferação de espécies vegetais não habituais), que se verificaram depois da criação da Reserva, apesar dos meios financeiros investidos na sua manutenção e preservação, são motivos para não reconhecerem a oportunidade da sua criação.

A contestação demonstrada por este grupo (“contestação passiva”) parece ter duas razões

fundamentais. Por um lado foram restringidas certas práticas no Paul (caça e pesca), o que vem colidir com o interesse demonstrado em poder continuar a tê-las na zona húmida. Outros direitos, nomeadamente ao nível da utilização livre das propriedades (corte de espécies botânicas, trânsito de veículos) no Paul, é um ponto também contestado, quer por aqueles que ali detêm terrenos, quer pelos que vêem nessas limitações uma ameaça ao direito ancestral do “povo” sobre o “seu” espaço ecológico mais marcante. Por outro lado, a “Reserva” não veio salvaguardar o Paul de muitas das ameaças ambientais que pairavam sobre ele, pelo contrário certas situações de danos ecológicos agravaram-se. Uma vez que os ganhos, quer em termos pessoais, quer em relação à povoação ou mesmo ganhos ecológicos “visíveis” não são nenhuns, para este grupo, então a Reserva não terá muita razão para existir e se manter, em Arzila.

Conclusões

Em termos gerais, a Reserva Natural do Paul de Arzila é aceite pela população local. Parece-me que um dos motivos que fundamentam este facto prende-se com o enfraquecimento da relação socioecológica estreitada ao longo dos tempos. Como referi, a partir da década de sessenta, a estrutura socioprofissional de Arzila começa a encaminhar-se progressivamente para fora da localidade. Inicia-se o corte definitivo com o passado camponês e com a sublinhada relação ecológica de outrora com o Paul. Quando surge o articulado que cria a Reserva, que estabelece uma série de restrições quanto à utilização do espaço, as manifestações de descontentamento ou são mínimas ou permanecem latentes, não extravasam para o exterior e não são assumidas por qualquer grupo social de forma organizada.

Há pontos que, no entanto, são hoje manifestamente criticados pela população, de uma forma dispersa, não numa atitude clara de oposição em relação à Reserva em si e à sua relevância ecológica. Esses aspectos são, quanto a mim, o resultado da descoincidência entre as expectativas formuladas aquando da criação da Reserva e os resultados obtidos desde então. Foram prometidos ou anunciados resultados (infra-estruturas várias, aumento das populações de avifauna na Reserva, melhoramento das condições ecológicas gerais no Paul), que ainda não foram alcançados parcialmente ou na totalidade. Daí que muitas das críticas que hoje se colocam têm a sua essência no défice de cumprimento de promessas por parte dos órgãos da Reserva.

Outro dos motivos que fundamentam as posições críticas relativamente à Reserva pode ser a baixa ecoconsciência de que fala Luísa Schmidt (1993). Encontra as suas causas mais profundas em aspectos estruturais como os níveis de educação da sociedade portuguesa, passa pela escassa informação ambiental veiculada e os meios por onde ela se faz e o público restrito que consegue atingir e mobilizar. Há grupos que demonstram ténues preocupações ambientais; há ainda a crença na fecundidade ilimitada da Natureza e na sua capacidade de renovação, ou então há a hipocrisia de querer continuar a pensar assim por conveniência. Há os interesses de cada um que têm de ser salvaguardados e há a sacrossanta propriedade privada, que justifica todo o tipo de abusos até o de exterminar de uma espécie animal ou vegetal. A par disso, o Estado vacila no accionar dos meios para proteger o ambiente com eficácia, sucumbindo a interesses socioeconómicos instalados e a complexas redes burocráticas. Por outro lado o Estado promulga por decreto a criação de uma determinada área natural, mas esquece-se de consultar os intervenientes humanos que a compõem. Foi assim com a população de Arzila. E este é mais um dos factores que dificulta a aceitação da zona protegida. As contrapartidas directas recebidas pelas limitações impostas sobre o espaço, quedaram-se por alguns melhoramentos ao nível de infra-estruturas (arranjo de caminhos, construção de uma ETAR) na localidade. Quanto a outras medidas de compensação, dirigidas, por exemplo, aos proprietários na Reserva, ou não foram contempladas no articulado da Área Protegida, ou não foram, de um modo geral, atribuídas. A este propósito Luísa Schmidt (1993) afirma que, tal como quase tudo o resto de que beneficiamos, o ambiente não se “declara”: paga-se. A manutenção da paisagem ou de um modo geral a preservação dos valores naturais, terá de ser algo compensatório e aliciente. Somente quando este preceito for assumido de forma plena pelos poderes públicos, e incorporado nos textos legais que regulamentam a defesa do ambiente, é que a criação de áreas protegidas poderá ter reais efeitos práticos ao nível da conservação da natureza.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Henrique de (1975) - *Os Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Coleção “Nova Universidade”, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- BERTRAND, Georges (1975) - “L'impossible Tableau Géographique” in *Histoire de la France Rural*, Vol. I, Editions du Seuil.
- BUTTEL, Frederick H. (1986) - “Sociologie et Environment: la Lente Maturation de L'Écologie Humaine” in *Reveu*

International des Sciences Sociales , nº 109 (L'impact de L'environnement), UNESCO/érès.

CARSON, Rachel (1962) - *Primavera Silenciosa* , Lisboa, Editorial Pórtico.

COTGROVE, Stephen (1982) - *Catastrophe or Cornucopia. The Environment, Politics and the Future* , USA, John Wiley and Sons.

COX, Grahm, LOWE, Philip (1984) - "Agricultural Corporatism and Conservation Politics" in *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions* , Edited by Tony Bradley and Philip Lowe, UK, Geo Books.

DELEAGE, Jean Paul, HEMERY, Daniel (1989) - "L'Homme et la Societé - Le Rapport à la Nature" in *Revue Internationale de Recherches et de Synthèse en Sciences Sociales* , nº 91/92, L'Harmattan.

LOWE, Philip (et al .) (1990) - "Technological Change, Farm Management and Pollution Regulation: The Example of Britain", P. Lowe, T. Marsden, S. Whatmore (eds) in *Technological Change and the Rural Envirment* , London, David Fulton, pp. 53-80.

MORIN, Edgar (1990) - "La Pensée Ecologigée" in *Le Monde Diplomatique* , Mai, pp. 89-94.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1991) - *A Transição Paradigmática: da Regualção à Emancipação* , nº 25, Março, Coimbra, Oficina do C.E.S..

SCHMIDT, Luísa (1993) - *O Verde: Preto no Branco* , Lisboa, Gradiva.

VAQUINHAS, Maria Irene (1987) - "Uma Aldeia no Tribunal, Arzila em 1899" in *Revista de História Económica e Social* , nº 21, Setembro-Dezembro, Livraria Sá da Costa.

[1] Um paul é uma área de terreno localizada, em geral, na parte inferior da bacia hidrográfica de um rio, inundada por este e que se mantém durante todo o ano ou parte deste (embora a maior parte) com água suficiente para proporcionar condições ecológicas distintas e características, favoráveis à existência de uma flora e fauna selvagem próprias. (Neves, C.M.L. Baeta, 1981, *Da Evolução Histórica das "Zonas Húmidas" e do Seu Interesse Actual - Os Pauis* , Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa).

[2] É constituída apenas pela própria povoação de Arzila. Tem actualmente uma população residente de 711 indivíduos (Fonte: INE, XIII RGP, 1991).

[3] Esta actividade artesanal foi durante muito tempo mantida pela população de Arzila. As esteiras feitas com o bunho criado no Paul, para além de serem utilizadas pelos residentes eram sobretudo comercializadas. É uma actividade que perdura até hoje, mantida sobretudo pela população feminina mais idosa, mas em franco processo de declínio.

[4] Esta área estende-se por três freguesias: Anobra (concelho de Condeixa-a-Nova), Arzila (concelho de Coimbra) e Pereira-do-Campo (concelho de Montemor-o-Velho).

[5] Com excepção da pesca à *sertela* , um modo tradicional de apanhar enguias, numa das três valas que atravessam o Paul.